



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria do Extrativismo e do Desenvolvimento Rural Sustentável/SEDR
Diretoria de Combate à Desertificação/DCD.

ATA da 3^a Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - (CNCD).

Na data de 28 (vinte e oito) de setembro de 2011 (dois mil e onze) deu-se a 3^a Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD). O evento ocorreu no auditório 1, da sede do Ibama, localizado na Av. das Nações, Setor de Clube Norte , Brasília - DF. A reunião foi presidida pelo Dr. **Roberto Vizentin**, ponto-focal político da CNCD e secretário da SEDR/MMA, após dar as boas vindas, salientou que esta é a primeira reunião da CNCD, no governo Dilma, fez um balanço das ações referentes à comissão, agradeceu aos representantes do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) que reformulou o PPA (Plano Plurianual) para inserir compromissos referentes à UNCCD. Dr. Vizentin solicita que todos se apresentem e às suas respectivas instituições. A presente reunião, além da presença do seu ponto focal político, acima mencionado, teve a seguinte participação: **Francisco Barreto Campello**, ponto-focal técnico da CNCD e diretor do Departamento de Combate à Desertificação da SEDR; ministro **Paulino Franca de Carvalho Neto**, da Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores/MRE; **Ricardo Padilha** (Gestor do DCD/SEDR); **Paulo Pedro Carvalho**, da Articulação do Semiárido (ASA); **Marcelo Broggio**, FAO/ONU; Prof. **Inaceo Hernán Salcedo**, INSA; Prof. **Marcos Antônio Pereira de Oliveira Silva**, do Ministério do Planejamento/MPOG; **Gertjan B. Beekman**, coordenador Transversal de Recursos Naturais, Gestão Ambiental e Adaptação às Mudanças Climáticas - IICA; **João Arthur D. Seyffratth**, coordenador do Núcleo do Bioma

Caatinga da SBF/MMA; **Devanir Garcia dos Santos**, Gerência de Uso Sustentável da Água e do Solo da ANA; **Raquel Cristina Pontes**, Departamento Nacional de Obras Contra a Seca/Denocs; **Maria do Socorro** (ANA); **Alessandra Araújo de Souza** (CEDECMA); **Luciano Accioly** (Embrapa); **Irenaldo Pereira de Araújo** (Ação Social Diacosana de Patos - ASPD); **Júlio Zoé de Brito** (Asbraer); **Marcelo Ribeiro** (Alagoas); **Luiz Lima** (Instituto Meio Ambiente e Recurso Hídricos/BA); **Beranger Arnaldo Araújo** (PB); **Devanir Garcia dos Santos** (ASA); **Tadeu** (Codevasf); **Alessandra Araujo** (CDECMA/Sociedade Civil); **Mário Farias** (Diaconia ASA/Pernambuco); **José Procópio Lucena** (Sociedade Civil/RN); **Júlio Paupitz** (consultor Pnud); **Devanir Garcia dos Santos** (ANA); **Marcos Dal Fabbro** (MDS); **Maria da Penha Emerick de Barros** (consultora IICA); **Vânia Trajano** (IICA); **Michelle Souza** (IICA); **Ana Tres Cruz** (consultora do Pnud); **Rodrigo Oliveira Silva** (SEDR/DCD); **Marcos Oliveira Santana** (SEDR/DCD); **Josivan Cardoso Moreno** (Asin/MMA); **Carlos Roberto Fonseca** (MMA); **Vitor Santana** (Secretaria de Segurança Alimentar do MDS); **Sérgio Mendonça** (Sema/PE); **Josimar Coelho Neto** (Asa/MA - Amap); **Marcelo Ribeiro** (Semar/AL); **Larissa H. Gaivizzo** (SEDR/MMA); **Adalberto Eberhard** (SEDR/MMA); **Antônio Henrique Godoy Ramos** (MME); **Josivan Cardoso Moreno** (Semarh/RN); **Alberto Marques Santos** (Fetase/SE); **Lício Valério Lima Vieira** (Semarh/SE); **Paulo Rogério Gonçalves** (SMCQ/MMA); **Sérgio Mendonça** (Sema/PE); **Rogério F. S. da Silva** (Sema/MA); **Francisco Filho** (Semarh/PI); **Marcos Proispoerpa** (Sociedade Cível da Bahia); **Lúcio Flávio** (Diaconia e Asa/PE); **Novaes de Almeida Luiz** (Ministério da Agricultura); **Devanir Garcia dos Santos** (ANA); **Carmem Amaral** (MMA/OEA); **Carine Correa** (MMA/ASCON); **João Paulo Sotero** (MMA/SFB); **Rita Câmara** (MDA); **Sheila Almeida** (MDA); **Cristiano M.Michael Fundorach** (MME); **Daniela de Freitas Russo** (consultora Pnud); **Maria do Socorro** (ANA); **Ana Carolina Carneiro** (SBF/MMA); **Flavia Franquette** (Pnud); **Mirian Jean Miller** (FNMA/MMA); **Rita Dicácia F. Câmara** (MDA); **Lício Valério Lima Vieira** (Semarh/SE).

A 3^a reunião ordinária teve três objetivos prioritários, conforme a convocação da Secretaria Executiva as UNCCDC, estabelecida no Departamento de Combate à Desertificação da Secretaria de Extrativismo e do Desenvolvimento Rural Sustentável :

- 1- Nivelar as ações de combate à desertificação aos novos integrantes da CNCD;**
- 2- Discutir e definir encaminhamentos para as ações da CNCD;**
- 3- Apresentar os novos membros e os novos participantes de secretaria executiva da UNCCD.**

Como estratégias para se alcançar os supracitados objetivos houve apresentações dos trabalhos de entidades com representatividade na CNCD, ou que trabalham com temas afetos às prerrogativas da CNCD. Tais apresentações focaram o eixo temático “**Desafios, perspectivas e prioridades para o Combate à Desertificação**”, estando abaixo resumidas:

1^a apresentação: “**Plano Mais Brasil Mais Desenvolvimento Mais Igualdade Mais Participação. PPA 2012-2015**”. Prof. **Marcos Antônio Pereira de Oliveira Silva**, do Ministério do Planejamento/MPOG. Temas abordados: O que é o PPA; previsto na Constituição 88, Art.165. § 1º; Dimensões do Plano; Principais etapas do processo de constituição do PPA; Programas do PPA 2012-2015 relacionados ao tema Combate à Desertificação, alinhados às políticas de produção e uso dos recursos hídricos e de combate à pobreza (Brasil sem miséria): Mudanças climáticas; Florestas, prevenção e controle do desmatamento e dos incêndios; Agropecuária Sustentável, abastecimento e comercialização; Conservação e gestão dos recursos hídricos; Oferta de Água; Segurança Alimentar e Nutricional.

2^a apresentação: “**10^a Conferência das Partes Convenção das Nações Unidas para Combater a Desertificação- Cop10**”. Min. Paulino Franco de Carvalho Neto da Divisão do Meio Ambiente – DEMA/ MME.

Breve Histórico: A UNCCD (sigla em inglês) remonta à Conferência do Rio de

1992, foi aprovada em 1994 e entrou em vigor em 1996. Resultou em maior esforço internacional na área de combate à desertificação. Os países desenvolvidos devem mobilizar recursos e transferir tecnologia para ajudar os países em desenvolvimento afetados. **Estrutura da Convenção:** **Secretariado:** responsável por organizar as sessões da COP e de seus órgãos subsidiários, bem como por compilar e enviar os relatórios. Presta assistência a países afetados em desenvolvimento, particularmente na África. **Comitê de Ciência e Tecnologia (CST):** identifica prioridades para a pesquisa, revisa informações técnicas e promove a cooperação científica. Sob a autoridade do CST, um grupo de especialistas fornece subsídios na área de seca e desertificação. **Comitê para Revisão da Implementação da Convenção (CRIC):** responsável por determinar e disseminar melhores práticas relativas à UNCCD, bem como por revisar a implementação da Estratégia e a contribuição das Partes para o cumprimento da Convenção. **Mecanismo Global (GM):** previsto pelo Artigo 21 da Convenção, tem como finalidade promover a mobilização de recursos financeiros, incluindo a transferência de tecnologia. A estrutura de governança do GM inclui a COP, porém a supervisão administrativa é responsabilidade do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD), com base em memorando de entendimento. As principais decisões da UNCCD são tomadas durante as sessões da Conferência das Partes (COPs), que ocorrem a cada 2 anos. Em paralelo as COPs, ocorrem reuniões do CST e do CRIC. **As COPs e suas deliberações:** COP-1 (1997): Selecionou Bonn (Alemanha) como sede do Secretariado e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) para administrar o Mecanismo Global (GM). COP-3 (1999): Aprovou *Memorandum* de Entendimento sobre o GM e a criação de grupo *ad hoc* para revisar a implementação da UNCCD. COP-5 (2001): Criou o CRIC e endossou a proposta do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) de designar degradação de terras como um foco para financiamento. COP-6 (2003): Designou o GEF como mecanismo financeiro da UNCCD e decidiu que a Unidade de Inspeção Conjunta da ONU avaliará as atividades do Secretariado. COP-6 (2003): Designou o GEF como mecanismo

financeiro da UNCCD e decidiu que a Unidade de Inspeção Conjunta da ONU avaliaria as atividades do Secretariado. COP-8 (2007): Adotou o plano estratégico decenal (2008-2018). COP-9 (2009): Lançou o documento “Década das Nações Unidas para os Desertos e a Luta Contra a Desertificação” (2010-2020). **A COP-10:** A décima sessão da Conferência das Partes (COP-10) ocorrerá na cidade de Changwon, na República da Coréia, de 10 a 21 de outubro de 2011. O CST se reunirá de 11 a 13 de outubro e, no dia 14 de outubro, apresentará suas recomendações para a apreciação da COP. A COP10 abordará, dentre outras questões: A estratégia de comunicação; O GM, levando em consideração a possibilidade de uma nova instituição para abrigar o Mecanismo; Os procedimentos para a participação de organizações da sociedade civil; Questões orçamentárias (aumento de 9,6% no biênio de 2012-2013); Regras para a aprovação de decisões (Regra 47); O refinamento dos indicadores de impacto; O papel dos correspondentes científicos. A UNCCD é uma Convenção de meio-ambiente ou de desenvolvimento? A UNCCD deve buscar um mandato global com foco na degradação de terras ou manter o escopo original, preconizando as terras áridas e semi-áridas, com especial atenção para a África? O Futuro da Convenção: Nexo entre desertificação e pobreza; Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relacionados com o combate a desertificação; Grande parte da produção de comida no mundo (grãos e gado) vem de terras áridas; Contribuição para a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

3^a apresentação: “Ações do INSA no contexto da UNCCD”. Prof. Inacio Hernán Salcedo. Instituto do Semiárido - MCT. As atividades do Insa são totalmente relacionadas ao combate à desertificação, por trabalhar com as seguintes vertentes do semiárido: 1- Político-Institucionais nos âmbitos públicos (federal, estadual e municipal) e civil (sociedade organizada e ongs). 2- Sócio Econômicas (rural, urbana e periurbana). 3- Ambientais (solos, clima, fauna, vegetação, hidrologia). O Insa tem interfaces com a Articulação no Semiárido (ASA), a preparação de documento para Rio+20, o combate a desertificação (PAN Brasil e PAES), planos de manejo

sustentável da caatinga (Serviço Florestal Brasileiro-SFB), *Desert Watch* - Agência Espacial Européia e acordo de cooperação com o IICA. Ainda coordena o Sistema de Informação do Semiárido- SIS, que se utiliza do mosaico de imagens *Landsat-5* (2010/2011). Este sistema diferentemente dos sensores óticos, os satélites *RadarSat* não dependem de condições meteorológicas favoráveis e nem de iluminação para obter suas imagens. Isso permite o Mapeamento dos rios, lagos, represas e outros reservatórios em momentos extremos de seca ou de cheia. O Instituto defende o manejo florestal como uma forma do enfrentamento à desertificação,, que não é possível ignorar a relação de dependência do meio urbano e do rural. O meio urbano contribui para a degradação da caatinga com o consumo dos recursos hídricos, consumo de energia e com a poluição do SAB. Razões pelas quais o meio urbano deve ser parte da solução nos esforços para o combate à desertificação.

Neste ponto os trabalhos foram suspensos para o almoço. O retorno aos mesmos deu-se, aproximadamente, às 14:30h, com a retomada das apresentações e, posteriormente, aos debates.

4^a apresentação: “O Papel da Extensão Rural do Combate à Desertificação”. Júlio Zoe de Brito, Presidente da Associação Brasileira de Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural/Asbraer e diretor do Ipa de Pernambuco. Considera que atualmente a temática ambiental está razoavelmente difundida nas falas da extensão rural que, no semi-árido congrega três mil extencionistas prestando assistência a um milhão de agricultores familiares. Porém, a temática Combate à Desertificação e o Plano Nacional de Combate à Desertificação não são difundidos. Salientou que para o combate à desertificação é fundamental a participação destes produtores rurais. Para tanto é fundamental a difusão do conhecimento e incorporação dos conhecimentos dos produtores que vivem no campo. Ou seja, é necessária a somatória de saberes, pois em muitos momentos os técnicos aprendem com os produtores. Sugere que para a próxima reunião da CNCD os 27 presidentes de órgãos de extensão rural sejam convidados. Como exemplo da sabedoria do homem rural,

descreveu “Os mandamentos do Padre Cícero” sobre a conservação da Caatinga, descritos há 110 e 120 anos atrás. Menciona, também, o professor João Vasconcelos Sobrinho, segundo presidente do Ipa que, há setenta anos atrás, era uma voz isolada em defesa do uso sustentável da caatinga. Salientou que o Instituto do Semiárido-Insa, ali representado pelo Prof. Salcedo, pode ser um instrumento para a pesquisa e o financiamento de pesquisas no semiárido. Advertiu que o Cnpq e a Embrapa abrirão editais no valor de 1 bilhão e novecentos milhões, para a pesquisa nas entidades estaduais e nas universidades. Também abordou as metas do Programa Brasil sem Miséria, que prevê o pagamento pela preservação ambiental. Ainda salientou que muitas entidades de pesquisas e extensão criadas nos anos 70, foram desativadas. Mas, a Embrapa, também criada nessa década, conseguiu se manter, hoje é considerada referência mundial. Enfatizou a necessidade de fortalecimento das instituições de extensão e que, o tema perpassa por uns 12 ministérios, o que deve ser considerado.

5^a apresentação: “Iniciativas da ANA para o Combate à Desertificação”-Devanir Garcia dos Santos, Gerente de Uso Sustentável da Água e do Solo. Propostas para atuação da ANA nos diferentes eixos temáticos do PAN Brasil apresentadas pelos participantes do Encontro Preparatório do I ENED realizado em Campina Grande em fevereiro de 2010. Sub-tema: Disponibilidade de recursos hídricos; atendimento da demanda de água de 100% das famílias no semi-árido brasileiro. Gestão de Recursos Hídricos: Operação de Reservatórios; Implementação dos atlas; Apoio ao programa água doce. Sub-tema: Equipamentos adequados para escolas rurais: Garantia de energia elétrica, banheiro, cozinha e água potável em todas as escolas rurais (parceria ANA / MEC). Sub-tema: Difusão de tecnologias: Manejo integrado de bacias hidrográficas e recuperação de bacias. Sub-tema: Política Nacional de Recursos Hídricos: Apoio ao funcionamento dos Comitês e Comissões de Açudes e implementação dos instrumentos de gestão. Sub-tema: Política Nacional de Irrigação: Adequação dos sistemas de irrigação pública às especificidades do semi-árido e aumentar a eficiência do uso da água e do solo. Desenvolver e difundir

técnicas de recuperação de solos salinos; Promover o levantamento da situação real dos solos irrigados no que se refere aos processos de salinização; Incentivar a recuperação de solos em processo de salinização; Realização de estudos para subsidiar o zoneamento das áreas com potencial para instalação de projetos de pequena irrigação; Desenvolvimento e difusão de tecnologias poupadoras de água na irrigação. Sub-tema: Incentivos: Definição/estabelecimento de instrumentos de incentivos para conservação, preservação e manejo sustentável, incluindo a atuação do “Programa Produtor de Água” no semi-árido. Sub-tema: Recursos Hídricos: Implantação e fortalecimento de comitês de bacias hidrográficas e fortalecimento orçamentário dos programas que garantem fornecimento de água para as famílias que vivem no semi-árido. Sub-tema: Fortalecimento das capacidades de gestão dos PAES e PAN e melhorar a articulação interinstitucional: Participação efetiva na Comissão Nacional de Combate à Desertificação; Apoiar tecnicamente as instâncias colegiadas criadas para tratar da temática de combate à desertificação nos estados e municípios; Sub-tema: Aspectos financeiros: inclusão de ações do PAN e dos PAES no OGU/ANA. Sub-tema: Fortalecimento das capacidades de gestão dos PAES e PAN e melhorar a articulação interinstitucional: Participação efetiva na Comissão Nacional de Combate à Desertificação; Apoiar tecnicamente as instâncias colegiadas criadas para tratar da temática de combate à desertificação nos estados e municípios; Sub-tema: Aspectos financeiros: inclusão de ações do PAN e dos PAES no OGU/ANA. Incentivo a implementação de sistemas de reuso de água, voltado a ampliação da oferta de água bruta; Incentivo ao aumento da eficiência e de combate ao desperdício no uso da água; Disciplinar o uso dos recursos hídricos nos projetos de irrigação e nas indústrias. Programas da ANA para a convivência com a Seca: PROÁGUA Semiárido; Cisternas Rurais; Sistemas Simplificados de Abastecimento para comunidades rurais; Barragens Subterrâneas.

6^a apresentação: Ações para o Combate a Desertificação: uma visão da situação. Francisco Barreto Campello, ponto focal técnico da CNCD e diretor do DCD/SEDR/MMA. A SEDR/DCD objetiva: Atender os acordos anteriores

estabelecidos com órgãos nacionais e organismos internacionais visando a UNCCD; Contemplar os eixos temáticos do Plano de Ação Nacional de Combate a Desertificação - PAN Brasil; Compromissos do Primeiro Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação I ENED; Participar dos desafios para superação da miséria na região semiárida, assumidas pelo Governo Brasileiro.

O Departamento de Combate a Desertificação: Três Ambientes: programático; institucional; internacional. Quatro frentes: na articulação institucional; na cooperação técnica; nos Investimentos e na gestão interna. O PAN Brasil – PAEs Eixos Temáticos: (1) a redução da pobreza e da desigualdade; (2) a ampliação sustentável da capacidade produtiva; (3) a preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais; e (4) a gestão democrática e fortalecimento Institucional. Os Vetores do processo de desertificação: Desmatamento, Superpastejo, Mineração e Irrigação. Tema da UNCCD 2011 - “**As Florestas Secas Mantém as Terras Áridas Vivas**”.

Agroecologia como alternativa para segurança, alimentar, hídrica e energética das famílias, preocupação ONU. A desertificação 34,7% da superfície do Planeta, onde vivem cerca de 41,3% da população. Na América Latina, 516 milhões de hectares são afetados perdem-se cerca de 24 bilhões de toneladas/ano Terra produtiva. Desertificação no Brasil: 1.340.863 km² (16% do território brasileiro); 1.488 municípios (27% do total); 31.663.671 habitantes (17% da população brasileira). 85% dos cidadãos considerados pobres do país.

Instrumentos e parcerias atuais para a gestão do processo: - **A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação – UNCCD.** - **O Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação – PAN Brasil,** - **Os Planos de Ação Estaduais de Combate a Desertificação – PAEs**. Elaborados com apoio do MMA e do IICA, seguindo um procedimento metodológicos, para assegurar um diagnóstico local e a participação da sociedade.

- **A Comissão Nacional de Combate a Desertificação;** - **Os Pontos Focais:** Parlamentares, da Sociedade Civil Organizada e Governamentais. Indicados para serem referência no processo de elaboração e implementação dos PAEs.

- **A Cooperação Técnica:** Suporte técnico e com seus mecanismos de fomento. = > o

IICA, o PNUD e a FAO. - **O Plano Pluri Anual – PPA:** Principal ferramenta de gestão para a institucionalizar os processos. A Elaboração do PPA 2012-2015 foi fundamentada nas demandas do ENED e dos Planos Estaduais de Combate a Desertificação. - **Sistema de Alerta Precoce de Secas – SAP:** Ferramenta que está sendo elaborada com o INPE para prevenção de secas e deve ser um componente do Sistema de Alerta de Desastres Naturais do MCT. **Iniciativas em curso para Reverter o Processo de Desertificação:** Articulação institucional: - **Comissão Nacional;** - **Instituto Nacional do Semiárido – INSA:** Rio+20; Memorando de Entendimento para uma Plataforma de Cooperação Técnica FAO, o PNUD, A GIZ e o IICA. **Instrumentos de Fomento:** atuar com ferramentas das políticas públicas setoriais. **Fundo Clima,** - duas chamadas voltadas ao combate a desertificação - R\$ 10 milhões. Em seu primeiro ano o Fundo está apoiando 40 projetos voltados ao combate a desertificação, que representaram 57% do total de projeto. **Fundo Nacional do Meio Ambiente e a Caixa econômica** - A chamada envolve recursos da ordem de R\$ 6 milhões. **Fundo Caatinga com Banco do Nordeste. Agência Nacional de águas** - Unidades de Referencia em praticas de manejo integrado de ecossistemas e bacias hidrográficas e eficiência energética nas Áreas susceptíveis a Desertificação. Parceria com a ASA e intuições locais. Recursos R\$ 5 milhões. Beneficiados 23 municípios, 39 comunidades com 1.892 famílias na Bacia do São Francisco em 5 estados (MG, BA, SE, AL e PE). **Ministério da Integração/CODEVASF** – “Projeto de Investimento Socioambiental em Ações de Uso e Conservação do Solo em Comunidades Rurais da Bacia do Rio São Francisco”. 263 comunidades, 12.000 famílias em 65 municípios - PAC. O investimento necessário é de R\$ 30 milhões. **Ministério da Integração / Projeto de Combate a Desertificação.** **Ministério da Integração / Programa Nacional para Irrigação Pública do Semiárido Brasileiro.** - **Ministério da Integração / Secretaria de Desenvolvimento Regional do MI e SEXC** - programa para a sustentabilidade da matriz energética do Nordeste. - **Assessoria Parlamentar.** - **Ministério do Desenvolvimento Social Cooperação Técnica:** Foi retomado o

projeto “MMA/PNUD/BRA/07/018 Investimento Socioambiental em Ações de Uso e Conservação do Solo em Comunidades Rurais da Bacia do Rio São Francisco”. O IICA é o principal parceiro do MMA nas ações com a Cooperação Técnica. Essa parceria possibilitou a realização de estudos, o fortalecimento institucional e a elaboração do PAN e dos Planos Estaduais por meio do Projeto PCT/BRA/IICA/05/004 - PAN Desertificação. Tendo em consideração os resultados do painel IPCC Projeto “Implementação de estratégias e ações de prevenção, controle e combate à desertificação – Projeto BRA/IICA/09/006. Projeto Ações de combate a desertificação, recuperação de terras degradadas e ações transversais de uso sustentável e conservação da biodiversidade – GEF – PNUD e FAO.

Outras ações no âmbito da Cooperação Técnica Internacional: Projeto Econormas assinado pelo Brasil no âmbito do Mercosul. Projeto DesertWatch, é uma ação da UNCCD, em parceria com a Agência Espacial Européia, o INPE. FUNCEME, realizar uma ação de referencia para testar a metodologia do Sistema de Avaliação dos Indicadores de Combate a Desertificação – PRAIS da UNCCD. Curso com a coordenação Regional da UNCCD e o GRULAC e instituições brasileiras da sociedade civil sobre práticas de utilização múltipla e sustentável dos recursos naturais/florestais para o combate a desertificação. Cúpula América do Sul e Países Árabes – ASPA - Países Latinos e Árabes. Quanto a expectativa orçamentária atual, os previstos são de 54 milhões de Reais, com a seguinte distribuição:

Consolidação dos Investimentos		
Origem	Valores em Reais	Situação
Emenda parlamentar	150.000,00	Aspar - a definir estratégias
Emenda parlamentar	150.000.000,00	Aspar – a definir a estratégia para liberação.
ANA	5.000.000,00	ANA, aguardando os encaminhamentos do MMA para ser implementado com apoio da Cooperação técnica e dos Fundos.

Ministério da Integração	2.000.000,00	Recursos para Implementação de Unidades de Referencia das obras dos Canais.
Fundo Clima	10.000.000,00	Projetos em análise.
FNMA – CAIXA	6.000.000,00	Edital publicado Manejo florestal comunitário e Eficiência energética.
Sub Total	38.150.000,00	A serem executados de forma direta e com apoio da Cooperação Técnica.
GEF	US\$ 10.830.000,00	Elaboração do PIFI, para Assistência Preparatória
Expectativa orçamentária atual: 54 milhões de Reais.		

7ª apresentação: Núcleo do Bioma Caatinga-NBC. João A. Seyffarth. Missão do NBC: acompanhar, propor e promover marcos legais políticas, programas e projetos de conservação e uso sustentável da Caatinga. Estratégias: em nível de paisagem e de espécie: paisagem - criação, consolidação de unidades de conservação federais e estaduais, ZEE Nordeste. De espécies - conservação de ameaçadas, manejo de sobreutilizadas e controle de invasoras. Decreto comissão nacional caatinga (diretrizes e ações GT) e comitê plano de prevenção e controle do desmatamento – caatinga (ordenamento, fiscalização e fomento), projeto monitoramento do desmatamento - MMA/Cemam-Ibama, avaliação áreas prioritárias para a conservação – UCS, recuperação, uso sustentável, projetos Pnud/Bra 00/021 e Bra 11/001 – sistemas de informação, intercâmbio, capacitação - articulação e atividades meio, Gef implementação Snuc, Fundos - FSA Caixa, Fundo Caatinga - BNB, Conversão Dívida Americana - TFCA, mudanças climáticas, Amazônia.

8ªapresentação: Cooperação Técnica Internacional no Combate à Desertificação. Gertjan B. Beekman, coordenador Transversal de Recursos Naturais, Gestão Ambiental e Adaptação às Mudanças Climáticas – IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura) trabalha na perspectiva da Cooperação Internacional em conjunto para o combate à desertificação e a mitigação

dos efeitos da seca. Portanto atua em três níveis: Nível Regional - IICA/BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o Governo do Japão; Nível Nacional com os PAN/PAE's, MMA e Desertificação do MI; Nível Local ZEE Gilbués, Geoprocessamento Oeste da Bahia e Pequenos Projetos de Combate à Desertificação. No Nível Regional envolve vários países, e a experiência do Brasil extrapola as fronteiras. Portanto, já se tem experiência acumuladas no Brasil a ser compartilhada com os países signatários da UNCCD. No nível regional o IICA vem trabalhando com os países signatários da América do Sul (Equador, Bolívia, Peru, Chile, Brasil e Argentina) desde 2003. Como resultado deste esforço, pode-se citar a COP7, ocorrida em Nairobi-Kenia, quando foi assinado o *memorandum* de entendimento (Mou) entre o IICA, o Brasil representado pelo MMA e a antiga GTZ, Pnuma e Pnud, Mecanismo Mundial e a Universidade italiana NRD, com a adesão da Fao. Este documento firmou interesses seus no trabalho conjunto, focando o Combate à Desertificação. No Brasil houve também o projeto piloto que identificou quatro núcleos de desertificação. O que também se deu nos países vizinhos, onde foram desenvolvidos trabalhos orientados na indicação dos indicadores da desertificação. Neste trabalho foram envolvidas cerca de 300 (trezentos) técnicos. Resultou na definição de uma linha base, comum de indicadores da desertificação, para os seis países envolvidos. Trabalho este, consolidado em livro lançado durante o CRIC (o penúltimo), no qual há menção à Secretaria Executiva da Convenção. Deste trabalho derivou um modelo computacional desenvolvido pela Universidade do Chile, disseminado para os seis países e na Tunísia, em trabalho conduzido pela Unesco. Como iniciativas da cooperação internacional e desdobramentos, seguem os seguintes exemplos. *Future of the Dry Lands-Unesco-Tunísia; Climate Change and Land Degradation-Wmo-Tanzania; Exchange of Experiences on Indicators-NRD-Argentina, China e Interior da Mongólia; Interesse da CST-UNCCD em replicar a experiência de identificação de Indicadores de Desertificação para outras regiões-IICA; Projeto Lada-Fao; GTZ-África, Ásia e América do Sul; Replicação do Programa Desertificação na América do Sul para*

outros Países da Região e Meso-América-IICA.

9^aapresentação: “Ações da sociedade Civil no combate à desertificação”. Paulo Pedro Andreas - da Articulação do Semiárido (ASA). Salienta que a criação da Diretoria do Combate à Desertificação foi um grande avanço e que os desafios para a sua estruturação serão grandes. O semiárido, embora seja uma região extensa e com muitas potencialidades, ainda possui muita pobreza. Acredita que esta pobreza deve-se, em parte, aos processos de desertificação. Argumenta que é uma satisfação ver que, somente agora recursos estão sendo canalizados, em um processo que acompanham desde 1996. Participaram, também, do lançamento do PAN Brasil em 2004 e agora a conclusões dos Planos Estaduais (PAEs). Salienta que o Brasil deve ser o único país, dos signatários, que possui planos estaduais. Mas, ainda há muito o que se fazer, e que a Sociedade Civil tem se esforçado. A exemplo da ASA, que com doze anos de atuação no semiárido, estabeleceu interlocução com governos, federal e estaduais, implementam o programa “Um Milhão de Cisternas”, agora o Programa “Uma Terra e Duas Águas”, além de interagirem diretamente com a lógica do Combate à desertificação. Entende que o que preconiza a convenção, muitas vezes deixa clara que a sociedade civil deve participar do debate, do planejamento e até mesmo da gestão das políticas públicas. A ASA tem assumido, em conjunto com outras organizações, o compromisso político do debate, e de ações concretas que têm interferido no desenvolvimento de comunidades, onde ocorrem os processos de desertificação. A ASA atua com parcerias governamentais federais, da iniciativa privada e com a cooperação internacional. Trabalhando sempre com foco no desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro. A ASA foi criada durante o evento paralelo da COP3, em Recife, quando apresentaram uma série de proposta ao evento oficial, desmistificando a idéia de se combater a seca, e divulgando a idéia de se conviver com a ela. Há água suficiente no semiárido brasileiro, o que falta são políticas públicas para o uso racional da água e para o convívio com a seca. É fundamental, também, que esta comissão trabalhe para a aprovação da PEC (Projeto de Emenda Parlamentar) Caatinga/Cerrado, para o reconhecimento destes biomas

como Patrimônio Nacional. Considera que com as mudanças climáticas as “coisas” ficarão ainda mais sérias para o semiárido. ASA e outras articulações civis estão sempre dispostas a dialogarem com as estâncias governamentais sobre políticas públicas. Declara sua fé em ver o Brasil mais justo, mais desenvolvido com sustentabilidade e inclusão social.

10ª apresentação: O Denocs/MI e o combate à desertificação. Raquel do Cristina Pontes. Salienta trazer uma lista de notícias: o Ministério da Integração vem trabalhando com a mitigação dos efeitos da seca e também com as desigualdades regionais, intra e interregionais. A adesão do MI à estes princípios deu-se no ENED e através de um projeto de cooperação técnica com o IICA. Informa que o PCT IICA- desertificação encontra-se sob a responsabilidade do MI/Denocs, tendo sido renovado até 2015. Estão sendo concluídos os trabalhos de diagnósticos de núcleos de desertificação, identificadas pelo Programa Anti-desertificação desenhado pelo prof. Altamar de Carvalho. Outro trabalho realizados por três anos está diretamente vinculado ao Denocs, trata-se do Zoneamento Ecológico Econômico em núcleos de combate à desertificação, tais como o de Gilbués com o IICA, em Inhamuns e Irauçuba com a Fuceme, em Cabrobó com a Embrapa Semiárido e com o Governo de Pernambuco. Acredita que reforços da Defesa Civil são inevitáveis, devido à necessidade de se prever e prevenir os eventos críticos. E que a Lei de 2010 veio reforçar os órgãos responsáveis pela infra-estrutura hídrica e de segurança de barragens. Reforça a necessidade de um sistema de informações organizadas, de um sistema de previsão de eventos críticos, etc. São estas, portanto, as atuações do MI e de sua vinculada, o Denocs, referentes ao combate à desertificação e a mitigação das secas.

11ª apresentação: Marcos Dal Fabbro, diretor do Departamento de Promoção da Alimentação Adequada da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome/MDS. Salienta sua satisfação de estar presente nesta reunião, mesmo porque participou desta construção.

Reconhece os esforços de todos os presentes na construção dos Paes. Afirma que o departamento que atualmente dirige, é um parceiro e colaborador do Combate à Desertificação. Salienta, ainda que, o MDS possui um grande orçamento, principalmente por conta do Programa Brasil Sem Miséria. Não há dinheiro sobrando, havendo sim metas muito claras a serem cumpridas. Tais metas foram pautadas na campanha da presidenta Dilma: é um compromisso do governo erradicar a pobreza no Brasil nos próximos quatro anos. O que engloba dezesseis milhões de pessoa, sendo uma parte considerável deste montante, residente no semiárido. Afirma que o MDS confia e investe expressivos no “Programa Um Milhão de Cisternas”, mesmo porque já investiu cerca de meio bilhão de Reais nos últimos oito anos. Neste ano (2011) investirão em torno de trezentos e cinqüenta milhões de Reais. Algo em torno de seiscentos milhões no próximo ano (2012) e uma cifra similar está prevista para em 2013. Há uma decisão firme do governo em universalizar o atendimento rural, particularmente no semiárido. O MDS mantém várias parcerias, com consórcios públicos, bancos públicos e organizações sociais. Recentemente lançaram os Programas: Brasil sem Miséria do Nordeste Brasileiro, Água para Todos, que perpassa o Programa Água Doce, coordenado pelo MMA. Salienta que no governo existem políticas de crédito para fomento da agricultura familiar, para o acesso à água, de recomposição florestal e qualidade da água. O Ministério da Saúde (MS) investirá sessenta milhões de Reais no trabalho de agentes comunitários de saúde, para o acompanhamento de famílias e o monitoramento da água. O MDS também amplia as parcerias com os estados do MG, PE, BA, CE e Alagoas, com a meta de quatrocentos e cinqüenta mil atendimentos para os anos de 2012 e 2013.

Após as apresentações e os debates a comissão decidiu pelos os seguintes **Encaminhamentos:**

- 1- Marcação da 2^a Reunião Extraordinária para a data de 17 e 18 de novembro, na cidade de Campina Grande/BP;
- 2- Criar Câmaras Técnicas dentro da CNCD: 1º GT para definir a Política Nacional

de Combate à Desertificação; 2º GT para Trabalhar temas afetos ao Combate à Desertificação dentro do PPA;

- 4- Debater a elaboração dos programas estaduais de segurança alimentar;
- 5- Solicitar aos Estados que apresentem um planejamento para a execução dos Paes, prevendo as dificuldades de uma agenda comum;
- 6- Discutir as mudanças do Código Florestal e tirar uma posição da CNCD;
- 7- Retomar o pacto com os tomadores de decisão do semiárido;
- 8- Retomar agenda com o Ministério e o 1º Ened;
- 9- Próxima reunião no semiárido nordestino e que dure dois dias: no primeiro dia se discuta a Cop10 e os PAEs e no segundo se defina as câmaras técnicas;
- 10- Discutir os PAEs, focando o planejamento para 2012;
- 11- Promover cursos de Cromatografia do Solo;
- 12- Reunir os Estados antes da 2ª reunião ordinária as CNCD;
- 13- Criar os agentes comunitários de saúde;
- 14- Aprofundar as interações da CNCD com a Convenção de Biodiversidade, com os Fundos de Conversão da Dívida Americana, Fundo da Caixa, Fundo Caatinga, com o monitoramento do desmatamento;
- 15- Intensificar esforços sobre a aprovação da PEC Caatinga/Cerrado;
- 16- Intensificar esforços para a criação de novas Unidade de Conservação (UCs);
- 17-Intensificar esforços para a conservação de espécies classificadas como ameaçadas de extinção, raras e as superexploradas.

Neste ponto, o Dr. Roberto Vizentin encerrou a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Combate à Desertificação.